



Gamarada Pedro Pires



PROGRAMA DE GOVERNO

Cabe-me a honra de dirigir o primeiro Governo de Cabo Verde Independente. A essa honra junta-se o sagrado dever de dar o melhor de mim mesmo para que, de facto, sejam criadas as condições materiais e morais que permitirão a nossa terra libertar-se da fome, da miséria e da ignorância.

Para que chegássemos ao dia 5 de Julho, a caminhada foi longa. Foram necessários sacrifícios imensos e centenas dos nossos camaradas ficaram pelo caminho. E neste momento, que nos apresentamos perante vós, como os primeiros responsáveis desta terra, não podemos deixar de prestar uma homenagem sentida aos nossos camaradas que tombaram durante a luta, pagaram com a vida o preço da nossa liberdade e da nossa dignidade. Eles estão sempre presentes, estarão sempre presentes, estarão sempre no nosso pensamento e constituem a força que nos inspira a continuar o combate até realização completa do programa económico e social do nosso Partido.

Quero camaradas prestar uma homenagem sincera a Amílcar Cabral, o político genial que pôde prever o desenvolvimento da nossa luta e criar as condições necessárias para que ela fosse vitoriosa. O princípio genial da UNIDADE E LUTA foi e é o factor decisivo da nossa vitória. Compete-nos, pois tirar as lições necesárias do trabalho extraordinário do nosso Partido; da experiência revolucionária do PAIGC, da maneira como os problemas mais difficeis foram encarados e resolvidos.

Há uma prática revolucionária do PAIGC na solução dos diversos problemas que são postos por uma luta de libertação nacional.

A nossa luta de libertação nacional foi uma luta de longa duração; a caminhada foi longa, as dificuldades foram muitas aqueles que souberam dar tudo para que a luta fosse vitoriosa. Aqueles que não deixaram influenciar pelas dificuldades do caminho, aqueles que souberam mostrar o caminho correcto nos momentos de hesitação e de fraqueza, aqueles que souberam tomar as suas responsabilidades históricas merecem o nosso respeito.

Penso que este momento é oportuno para que, como camarada, como companheiro de luta eu preste uma homenagem merecida ao nosso camarada Aristides Pereira, Secretário Geral do PAIGC, e 1º Presidente da República de Cabo Verde. O camarada Aristides Pereira é o homem que depois da morte de Amílcar Cabral dirigiu de maneira exemplar o nosso Partido e não permitiu que no seu seio tivesse lugar o oportunismo e a irresponsabilidade política. A modéstia a honestidade integral e a firmeza de carácter são as qualidades marcantes da personalidade do camarada Aristides Pereira. Como Primeiro Ministro escolhido pelo camarada Aristides Pereira e confirmado pela Assembleia Nacional Popular, quero reafirmar ao nosso Presidente que continuo a ser o companheiro de luta de sempre e farei o meu melhor para que cumpra as tarefas difíceis que me confiou.



Ao nosso povo, aos meus camaradas de luta, aos meus camaradas do P.A.I.G.C., quero reafirmar, neste momento a minha firme decisão de trabalhar honestamente, com toda a dedicação e disciplina necessárias para poder cumprir com êxito a difícil e honrosa missão de Primeiro Ministro. Um homem não pode fazer milagres ou estar presente em todos os lugares, nesse sentido conto com a colaboração e ajuda de todos os camaradas e de todos os patriotas caboverdeanos.

Como Primeiro Ministro, tenho deveres para com o nosso povo, dever de patriota e de militante do PAIGC, mas os caboverdeanos têm deveres para comigo e em especial para com o PAIGC; devem prestar a sua melhor colaboração na gigantesca tarefa de reconstrução que vamos ter diante de nós, devem compreender as dificuldades do momento e as medidas de emergência que terão de ser tomadas. Governar Cabo Verde significa, de uma maneira simples, criar as condições materiais e morais para liquidação da fome, da miséria, da ignorância e da exploração. Mas numa terra como a nossa onde não há nada, onde temos de começar praticamente do zero, todos os caboverdeanos devem compreender que a tarefa é enorme, sobre-humano, diria, e exige que cada um, onde quer que esteja, dê a sua contribuição honesta e leal. Essa contribuição honesta e leal é o que peço a todos.

Parece-nos justo realçar que durante os últimos meses da nossa luta homens e mulheres, caboverdeanos honestos e modestos sobretudo, tem dado de uma maneira discreta mas decisiva, a sua contribuição para que a nossa luta e a nossa revolução marchem para a frente. Esses homens e essas mulheres constituem um factor de grande importância para o triunfo da Revolução.

Compatriotas, vocês deram uma contribuição imensa para a conquista da nossa independência; vocês souberam enfrentar as dificuldades criadas pelo inimigo e souberam ser dignos da vossa vitória.

Compatriotas, quero começar a definir as tarefas do primeiro Governo de Cabo Verde. Se as palavras "Salvação Nacional" não fossem frequentemente prostituídas pelos fascistas e traidores dos interesses do povo, eu diria que vamos fazer uma política de "Salvação Nacional". Vamos pois tomar todas as medidas necessárias para salvar a nossa terra e lançar as bases para a reconstrução nacional.

A tarefa da reconstrução nacional exige de todos nós uma dedicação, uma honestidade e uma consciência nacional elevadas. Devemos compreender que quando a pátria está em perigo, todos os filhos pegam em armas. É da mesma maneira que estando a nossa terra numa situação económica e financeira difícil, devemos todos juntos pôr a nossa inteligência a nossa capacidade, os nossos meios materiais, ao serviço da reconstrução nacional e na defesa do nosso futuro como povo independente e livre.

Resumindo, o Governo de Cabo Verde livre espera de todos os caboverdeanos a sua participação consciente na grande batalha da reconstrução nacional.

Para a realização do Programa do Governo, que é o Programa do PAIGC, são necessárias medidas concretas a vários níveis. Ao nível do Poder (da Administração) é necessário criar um poder novo e eficaz. A estrutura administrativa que serviu os interesses coloniais não pode servir os interesses de um Cabo Verde livre e democrático.

Torna-se necessário implantar um poder (uma administração) que seja capaz de praticar uma política revolucionária e de defender os interesses do povo. Além de defender os interesses do povo, esse novo poder deve permitir a participação das massas populares na solução dos seus próprios problemas, que é a única maneira de não entravar a capacidade criadora do povo. Ao nível da administração e dos serviços públicos, é necessário um novo método de trabalho, um tipo de relações entre os funcionários e o público. A administração deve estar ao serviço do povo. Mas como a tendência, no momento da arracada, é para os extremos, quero chamar atenção dos camaradas que os funcionários públicos também devem ser respeitados. Como homens tem direito a esse respeito, não são e não podem ser bolas de trapo de ninguém. Ao nível de relações humanas, devemos respeitar-nos uns aos outros.

O novo Poder deve ser eficaz para poder solucionar rapidamente os graves problemas que vamos enfrentar. Teremos que evitar o excesso da burocracia e da irresponsabilidade. Vamos fazer uma reforma administrativa tendo em consideração a experiência adquirida durante o Governo de Transição e as necessidades imediatas da nossa revolução.

O nosso poder deve ser acessível a todos e estar aberto à discussão com todos os caboverdeanos.

" A CONSTRUÇÃO NACIONAL SIGNIFICA TAMBÉM A CONSTRUÇÃO DUMA SOCIEDADE ONDE NENHUM HOMEM TEM O DIREITO DE EXPLORAR OUTRO HOMEM, NEM DE UMA MINORIA EXPLORAR A MAIORIA".

ECONOMIA - Com o acesso do nosso país à Independência, temos de definir os parâmetros duma nova política económica, que sirva os interesses do povo de Cabo Verde, em particular das camadas mais exploradas, isto é daqueles que mais duramente sofreram os horrores do colonialismo. Dado o nível da degradação em que herdamos a nossa economia, consubstanciada na completa ausência de estruturas produtivas na taxa elevada de desemprego e subemprego, na total dependência do comércio externo e no irrisório rendimento obtido por cada caboverdeano, a preocupação imediata que se nos põe é de criar riquezas no nosso país e de aumentar os postos de trabalho. É claro que ao definirmos as linhas programáticas das nossas preocupações imediatas no do-

mínio da política económica, fica implícito que elas não se podem operar sem alterações profundas na nossa sociedade, pois, como é evidente, uma política económica que serviu o colonialismo não pode servir um Cabo Verde livre, independente e democrático. De facto, a política económica anteriormente praticada destinava-se a favorecer os defensores do regime colonial, proporcionando-lhes uma vida faustosa e lucros fáceis, que não entravam no circuito produtivo de Cabo Verde, em detrimento da maioria esmagadora do nosso povo, isto é, das classes trabalhadoras. Por outro lado uma política económica posta ao serviço do Povo de Cabo Verde, significa, antes de mais, o controle do poder económico pelas massas populares, através dos órgãos que democraticamente elegeram.

No entanto, é preciso que fique bem claro que esta é uma declaração de intenção. Os problemas decorrentes duma estrutura económica não se resolvem milagrosamente. Assim temos de ter consciência que o lançamento da nossa economia em novos moldes vai passar por uma longa caminhada, vai exigir pesados sacrifícios esses que tem de ser suportados por todos os caboverdeanos. A batalha de construção nacional que vamos iniciar só será vencida, só terá éxito, se todos os caboverdeanos independentemente da função que desempenha, se capacitarem, se consciencializarem, que têm de trabalhar árduamente e com um verdadeiro sentido de responsabilidade patriótica.

As classes trabalhadoras, a quem necessariamente vai ser exigido um grande esforço na construção do nosso país, tem de ser garantidas que a Independência da nossa terra não foi só para uma minoria. Ainda mais que a construção nacional significa também a construção de uma sociedade onde nenhum homem tem o direito de explorar a maioria, aliás princípios sagrados no Programa do nosso Partido, o PAIGC.

Mas para além dos sacrifícios exigidos para a construção nacional, há opções que se impõem, de momento, para resolver os problemas a curto prazo. Uma das opções importantes é a selecção dos padrões de consumos que devem ser adoptados, tendo como palavra de ordem a AUSTERIDADE. Num país como o nosso, que vive na total dependência do comércio externo relativamente aos bens da primeira necessidade, e onde a exportação é quase nula, os recursos mobilizados devem destinar-se prioritariamente, ao pagamento no exterior, de bens colectivos, isto é, daqueles que beneficiam a maioria da nossa população, impondo-se por outro lado, uma maior sobriedade no consumo de bens supérfluos, de luxo. A seguir descrevino algumas linhas gerais da política económica do meu Governo.

" A PRIMEIRA ORDEM PRIORITÁRIA IRÁ PARA A CRIAÇÃO E POSTOS DE TRABALHO PRODUTIVO".

Emprego - Dentre das inúmeras preocupações do Governo que irei presidir, a primeira ordem prioritária irá para a criação de pos

tos de trabalho produtivo. Assim o Governo propõe-se, de imediato, adoptar as seguintes medidas:

- a) Reconversão do trabalho do apoio através de projectos de desenvolvimento agrícola incluindo a retenção da água das chuvas conservação dos solos e florestação;
- b) Utilização da mão-se-obra excedente em trabalhos públicos planificados e de interesse social;
- c) Inventariação das nossas potencialidades utilizando-as na expansão da nossa economia, afim de diminuir as taxas de desemprego e sub-emprego existentes;
- d) Concentração de grande parte dos nossos recursos e dos recursos obtidos na cooperação, no desenvolvimento industrial, como opção realista para a criação de riquezas e absorção dos inúmeros desempregados existentes na nossa terra.

" TENCIONAMOS PROGRAMAR DIVERSAS ACÇÕES TENDENTES A MANTER EM CADA ILHA, UM NÍVEL DE ABASTECIMENTO DE ACORDO COM AS NECESSIDADES LOCAIS "

Abastecimento - Na medida em que dependemos do mercado exterior no respeitante aos géneros alimentícios básicos, tencionamos programar diversas acções tendentes a manter, em cada ilha, um nível de abastecimento de acordo com as necessidades locais e a um preço estável. Dentre elas destacamos:

- a) Fazer um inventário das necessidades alimentares de cada ilha e, dentro de cada ilha por concelhos;

b) Seleccionar os mercados abastecedores tendo em vista não só a mira de melhores preços mas também a melhor qualidade dos géneros;

c) Dotar o arquipélago com meios de transporte suficientes para que todas ilhas estejam ao alcance dos dois centros de distribuição - Praia e São Vicente;

d) Construção de armazéns em cada ilha, destinados à recolha e conservação dos produtos;

e) Agravamento das taxas sobre os bens superfluos e de luxo, não só para aumentar as receitas do Estado, mas também para diminuir o déficit da nossa balança comercial;

f) Estabelecer um tabelamento criterioso, visando a defesa do consumidor sem perder de vista os interesses justos do comerciante;

g) Fiscalização intensiva dos preços e medidas enérgicas contra a especulação e o açambarcamento.

h) Criação de uma empresa pública bem organizada e dotada com os meios financeiros necessários para a importação dos bens de consumo essenciais.

REPARTIÇÃO DE RENDIMENTO - É notória a incapacidade produtiva de Cabo Verde e o diminuto rendimento posto à disposição de cada caboverdeano.

São notórias também algumas formas de pobreza extrema e a existência de uma minoria com rendimentos elevados que proporcionam possibilidades para um certo esbanjamento.

Nesta óptica será preocupação do Governo pôr em prática as seguintes medidas, que visam proteger as camadas sociais mais desfavorecidas e acabar progressivamente, com as desigualdades sociais no nosso país:

a) Controle das taxas de lucros empresariais, visando um menor desequilíbrio entre a parte do rendimento destinada ao trabalho e a parte destinada ao capital;

b) Diminuição do leque de vencimentos existentes, isto é, redução do fosso entre o salário máximo e o salário mínimo praticados em Cabo Verde;

c) Proporcionar aos velhos e doentes e crianças e outros grupos vulneráveis, dentro das nossas possibilidades, uma existência de acordo com a decência e dignidade humanas.

" O SISTEMA FISCAL EM VIGOR É ABSOLUTAMENTE INADEQUADO À MUDANÇA HISTÓRICA OPERADA NA NOSSA TERRA PELO QUE TEM DE SER TOTALMENTE ALTERADO".

Política fiscal - O sistema fiscal em vigor é absolutamente inadequado à mudança histórica operada na nossa terra, pelo que tem de ser totalmente alterada. De imediato o Governo propõe-se adoptar as seguintes medidas, visando só atribuir maior responsabilidade nos encargos sociais das pessoas e grupos que maiores benefícios auferem, como também dotar o estado com meios financeiros adequados à complexidade das tarefas que se lhe vão

pôr.

- a) Integração dos vários impostos sobre o rendimento num imposto único progressivo;
- b) Agravamento, de forma progressiva, das taxas do imposto sucessório e doações;
- c) Elevação da tributação indirecta sobre aqueles bens que não são indispensáveis à sobrevivência;
- d) Medidas enérgicas contra a evasão e a fuga fiscais;
- e) Reestruturação dos Serviços de Finanças, capacitando-os para o desempenho das funções decorrentes das medidas propostas.

Despesas Públicas - Tendo em vista os limites das receitas públicas, há que subordinar as despesas a essa realidade. Assim impõe-se uma disciplina nos gastos públicos pelos quais o Governo tenciona adoptar as seguintes medidas.

- a) Eliminação de todas as despesas públicas supérfluas;
- b) Responsabilização individual para as despesas que não tenham carácter colectivo;
- c) Observância rigorosa das normas orçamentais;
- d) Estudo apurado da rentabilidade social e económica, antes de participação em qualquer empreendimento;
- e) Cessação imediata dos diversos subsídios que vinham sendo concedidos às empresas privadas;
- f) Reorganização dos serviços públicos, de modo a obter-se maior racionalidade dos meios disponíveis.

" QUEM É POBRE NÃO PODE FAZER UMA POLÍTICO DE RICO".

Embora a nossa ideia seja a apresentação de um panorama geral, queremos insistir sobre um ponto de extrema importância - a política de austeridade. O que significa? Para muitos e ela só significa uma compressão das despesas públicas. De facto ela é uma compressão das despesas, exigindo a contribuição de todos.

Mas ela é sobretudo uma política de poupança e da utilização racional dos meios financeiros e materiais. Ela está em contradição com a utilização indisciplinada dos meios-existentes, com o luxo e o esbanjamento. Ela exige a disciplina no trabalho, o aumento de produtividade e da produção, a liquidação de favores e das acumulações, dos gastos supérfluos. Ela exige a planificação e a racionalização. Ela exige que quem é pobre não pode fazer política de rico

Ela exige que a poupança nacional seja utilizada em investimentos nos domínios prioritários cujos objectivos devem ser o aumento da exportação e a criação de novos postos de trabalho.

A) DA AGRICULTURA E DAS AGUAS

" DEVEMOS PREPARAR AS CONDIÇÕES PARA A REESTRUTURAÇÃO DA NOSSA AGRICULTURA E A LIQUIDAÇÃO DAS RELAÇÕES INJUSTAS NO CAMPO."

Impõe-se-nos o estudo sério das nossas potencialidades agri

colas e a adopção de uma política de utilização racional das águas. Devemos preparar as condições para a reestruturação da nossa agricultura e a liquidação das relações injustas no campo e aumentar a produtividade.

Para isso torna-se necessário, em especial:

- 1 - Liquidação do sistema do subarrendamento e da parceria;
- 2 - A liquidação da grande propriedade rústica;
- 3 - A recuperação das propriedades dos absentistas;
- 4 - Favorecer a criação de cooperativas agrícolas;
- 5 - A elaboração de uma lei sobre a utilização das águas;
- 6 - A criação de um fundo para a reforma Agrária;
- 7 - Luta contra a erosão e a desertificação;
- 8 - A criação de uma instituição para o estudo e a preparação da Reforma Agrária;

Nesse domínio o nosso objectivo maior é o aumento de produtividade, portanto a produção, a liquidação da injustiça social e a diminuição da nossa dependência do mercado exterior. A Reforma Agrária será realizada pelo Governo através dos seus órgãos de execução.

Camaradas, eu ainda queria dizer mais.

O problema económico na nossa terra é o problema mais importante. Se a libertação nacional foi um assunto do povo, de toda a gente, a produção também tem de ser um problema de to

da a gente, a produção também tem de ser um problema de nós todos, de toda a gente, de todos os caboverdianos e de todas as camadas sociais. Porque só assim podemos realizar o nosso programa, podemos de facto libertar o nosso povo da miséria e da exploração. Em todo o mundo, em todos os países que, como nós, partiram de uma situação económica catastrófica, tem um valor importante o investimento humano.

Queria lançar um apelo a todos os trabalhadores mas em especial à nossa juventude e dizer-lhes que, se durante a luta de libertação nacional tiveram um papel importante, na fase de reconstrução nacional devem ter ainda um papel mais importante na produção. Que devem evitar as bizarrices e que se lembrem de uma verdade - que a revolução é a prática revolucionária. Vamos para a prática revolucionária e ponhamos de parte as bizarrices e as discussões de café.

Aqui todos nós temos de trabalhar, única maneira de construir a nossa terra. Portanto ponhamos de parte tudo aquilo que criamos de confusão, vamos para a prática revolucionária e juntos construamos a nossa terra com o suor das nossas testas, o suor do nosso povo, mas, em especial, com o suor de cada um de nós.

O nosso Governo com a força moral que os seus membros, pelos seus sacrifícios, pela sua participação desinteressada na luta, pela dedicação daqueles que de facto puseram

a sua vida ao serviço do nosso povo, exige a disciplina revolucionária, mas exige sobretudo que a linha do Partido e a linha do Governo sejam totalmente respeitadas.

Portanto, camaradas, a responsabilidade é grande. Vivemos um momento, diríamos de lua-de-mel da revolução. Mas vamos ter muito trabalho. Esta fase de euforia, de alegria, de festa, etc., é muito fácil. Qualquer pessoa está disponível para fazer isso. Mas põe-se o problema da reconstrução nacional, e isso exige a consciência revolucionária, quer dizer a prática da revolução. E a prática da revolução é dura, ela é sobretudo exigente; exige muito de nós mesmos, exige grandes sacrifícios, confiança em nós mesmos e no nosso povo, mas exige sobretudo ultrapassar as dificuldades. Exige sobretudo corrigir os erros, exige trabalho consciente. Da euforia revolucionária teremos de passar para a consciência revolucionária-consciência de que devemos de trabalhar todos os dias, consciência de que devemos ter disciplina no trabalho, consciência de que devemos ter produtividade, de que devemos produzir mais, consciência de que devemos ter trabalhadores militantes, consciência de que devemos evitar os horários consciência de que devemos liquidar os hábitos de funcionários, com 8 horas de trabalho. Está claro que se fosse num país rico, nos Estados Unidos, na França, noutra país, não teríamos necessidade de trabalhar mais de 8 horas por dia. Mas tal-

vez nós tenhamos de trabalhar, de facto mais de 8 horas por dia. E a consciência revolucionária diz que para um revolucionário, não há horário.

Camaraças, depois deste pequeno aparte, vamos continuar o nosso programa.

B) DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE QUADROS

" O nosso objectivo é a preparação dos homens que terão que tomar os nossos lugares."

O Governo de Cabo Verde independente vai dar uma atenção especial à educação nacional. O nosso objectivo é a preparação dos homens que terão que tomar os nossos lugares. Impõe-se pois em primeiro lugar desenvolver o sentido de responsabilidade e da disciplina revolucionária no seio da nossa Juventude, dos alunos. Contamos tomar as medidas seguintes:

- 1 - Preparar a reforma do ensino e adoptar novos programas de estudo de acordo com a nossa realidade e as nossas necessidades;
- 2 - Aumentar as redes das escolas primárias;
- 3 - Assistir os alunos oriundos das camadas mais desfavorecidas da população;
- 4 - Organizar cursos de capacitação dos professores primários e liceais;
- 5 - Recrutar professores qualificados para os liceus

e escolas técnicas, a fim de elevar o nível dos conhecimentos ministrados.

C) DA SAUDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Todos sabemos qual é a situação existente nesses dois domínios em Cabo Verde. Esta situação é a consequência directa da situação económica e da dominação colonial. Os nossos objectivos fundamentais são:

- 1 - A cobertura médica racional de todas as ilhas;
- 2 - Garantir o tratamento gratuito às camadas mais desfavorecidas da população;
- 3 - À construção ou a reconstrução dos hospitais e enfermarias ao nível das ilhas;
- 4 - A construção de um hospital psiquiátrico e a melhor assistência aos doentes mentais;
- 5 - A conclusão das obras do Hospital de S. Vicente e o equipamento decente dos Hospitais da Praia e S. Vicente.
- 6 - A protecção à infância e às mães das camadas mais desfavorecidas da população;
- 7 - A protecção à juventude e em especial aos jovens desempregados e às crianças abandonadas e a criação de instituições sociais correspondentes;
- 8 - A protecção aos velhos e aos incapacitados fisicamente;
- 9 - A criação de um Fundo para a construção de habitações sociais.
- 10 - Tratam-se pois de objectivos a médio prazo para os quais

o Governo deverá criar os meios necessários.

D) DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA

" O dever de defender a Pátria e a nossa independência nacional é um dever sagrado de nós todos".

O nosso país deve garantir a sua defesa e a sua segurança. Sabemos que temos inimigos dentro, em especial fora da nossa terra. Eles ainda não se conformaram com a derrota infligida e poderão querer agredir-nos, por isso devemos estar sempre preparados a recebê-los da "melhor maneira". Devemos organizar e consolidar a nossa defesa e reforçar as nossas FARP. O dever de defender a Pátria e a nossa independência nacional é um dever sagrado de nós todos.

Vamos continuar com a preparação técnica combativa das nossas FARP e vamos organizar o nosso povo para a sua auto-defesa.

A manutenção das Forças Armadas custa caro e a nossa fraqueza económica não nos permite ter umas FARP numerosas e daí a necessidade de organizações para-militares e de reserva para apoio das FARP na missão patriótica da defesa nacional.

Aos nossos soldados, quero dizer que o Governo de Cabo Verde espera deles a total fidelidade ao programa do PAIGC e aos interesses do nosso povo. Mas a austeridade também se aplicara às FARP, que os meios que tem à disposição deles, e em especial os meios de transporte devem ser utilizados estrita-

mente nas necessidades do serviço e que nesse domínio exigimos a disciplina rigorosa. A nossa economia não suporta nenhum tipo de esbanjamento ou indisciplina na utilização dos meios.

Esperamos pois, que as FARP, serão o exemplo e uma escola da Revolução.

E) RELACÇÕES EXTERIORES

" O Governo de Cabo Verde cooperará, com todos os países que estejam dispostos a fazê-lo, dentro das normas de não ingerência nos assuntos internos, na igualdade e reciprocidade de vantagens".

Cabo Verde vai ter relações com todos os países que respeitem a nossa soberania e apliquem uma politica exterior de acordo com as normas internacionalmente aceites.

O Governo de Cabo Verde cooperará com todos os países que estejam dispostos a fazê-lo dentro das normas da não ingerência nos assuntos internos, na igualdade e na reciprocidade de vantagens.

O Governo de Cabo Verde defende os princípios da ONU e participará activamente nessa Organização na defesa dos interesses dos países pobres e apoia as forças políticas que lutam pela liquidação das relações injustas entre os homens e entre as nações.

Cabo Verde é parte integrante da Africa, membro activo da Comunidade Africana na luta pela unidade e libertação total da dominação colonial, do racismo e da opressão social. Apoia os princípios defendidos pela OUA e vai participar activamente na nossa organização continental para que esta seja um instrumento eficaz de defesa dos interesses sagrados dos nossos povos.

O nosso Ministério de relações Exteriores vai dar uma atenção especial às relações com os países que têm acolhido os nossos emigrantes a fim de proteger os interesses desses compatriotas e mantê-los em ligação estreita com a Mãe Pátria. Relações especiais serão estabelecidas com a República irmã da Guiné-Bissau com o objectivo de reforçarmos os laços já existentes e de criarmos condições para que o belo sonho da Unidade Guiné - Cabo Verde seja uma realidade dentro de pouco tempo.

O Governo de Cabo Verde, a República de Cabo Verde Independente é solidária com os Movimentos de Libertação do Continente Africano, que deverão contar com a nossa solidariedade militante e sem falha. E nós estamos convencidos, neste domínio que a melhor contribuição que podemos dar é construir Cabo Verde, é liquidar a miséria, a ignorância e a exploração na nossa terra, de criar uma economia forte para que sejamos mais fortes. E sendo mais fortes, a Africa será mais forte e Cabo Verde jamais será utilizado como ponto de apoio para a agressão contra quem quer que seja.

Nesse domínio, camaradas, queria reafirmar que o Governo de Cabo Verde vai praticar a política do PAIGC, a política de que nós somos não alinhados, que pertencemos a esse grupo de países não alinhados do terceiro mundo e que defendemos o princípio de não alinhamento. Mas que não confundamos, e vamos repetir, como dizia Amílcar Cabral, somos não alinhados no plano internacional mas dentro da nossa terra somos profundamente alinhados com os interesses do nosso povo.

Camaradas, caso especial de Portugal. Como sempre dissemos e praticamos, consideramos o povo português um aliado na nossa luta, neste momento, pela reconstrução nacional; consideramos o Governo Provisório Português como um Governo amigo, aliado nosso e nos somos solidários com o povo português, somos solidários com os Partidos verdadeiramente democráticos portugueses. E a nossa solidariedade, a nossa simpatia vão para o povo português. Vamos trabalhar para que de facto mantenhamos com o povo português, com o Portugal democrático, livre e novo, as melhores relações. Parece-nos que esta posição corresponde aos interesses e à vontade do nosso Povo.

Neste momento, camaradas, também queríamos dizer que a nossa simpatia, a nossa amizade, vai para os nossos amigos, aqueles que durante a luta foram nossos amigos. Vamos traba-

lhar, vamos agir para reforçar a amizade e a solidariedade forjadas durante a luta.

"Devemos estudar e meditar profundamente, a experiência do P.A.I.G.C."

Camaradas, antes de terminar queria referir-me em especial à República da Guiné-Bissau, aos nossos irmãos combatentes da Guiné-Bissau que se encontram aqui connosco nesta data importante, histórica da nossa vida. Nós todos devemos reconhecer que o povo da Guiné-Bissau deu uma contribuição imensa para a libertação de Cabo Verde; mais do que isso, deu uma contribuição imensa para a libertação dos povos das colónias portuguesas; deu uma contribuição imensa para que derrubasse o fascismo em Portugal. As nossas gloriosas Forças Armadas Revolucionárias do Povo, na Guiné, o PAIGC, na Guiné deu uma contribuição imensa para a libertação da África e para a nossa libertação na Guiné e em Cabo Verde. Acho que, camaradas, devemos estudar, devemos meditar profundamente a experiência revolucionária do PAIGC na Guiné. Acho que não temos necessidade de ir buscar modelos em qualquer parte que seja. Praticámos, fizemos revolução. Um povo pequeno, com 600.000 habitantes, com 36.000 km², foi capaz de derrotar relativamente o maior exército colonial em África. Devemos reconhecer isso. Temos orgulho disso. Portanto consideramos como errada a atitude de certas pessoas de tomarem exemplos estrangeiros, de tomarem citações fora da nossa realidade, e não se dedicarem ao estudo sério profundo, de

uma revolução às nossas portas, revolução, na qual praticamos. Temos de voltar à nossa terra, voltar ao nosso Partido, voltar à nossa experiência revolucionária. Nós não acreditamos que os santos de casa não fazem milagres. O milagre de Cabo Verde fizemo-lo nós. Portanto santo de casa faz milagre. Devemos camaradas, se queremos de facto construir a nossa terra estudar a nossa experiência revolucionária. Não menos prezar a nossa grande experiência.

Reafirmo que fomos capazes de ultrapassar todas as dificuldades, fazer das nossas fraquezas forças, cerrar fileiras como no momento do desaparecimento físico da camarada Amílcar Cabral (estou convencido que qualquer outro podia desaparecer), em que o nosso Partido deu mostras de uma grande maturidade política, a direcção do nosso Partido deu mostras de uma grande capacidade revolucionária, mas sobretudo de uma fé, de uma confiança profunda no nosso povo. Devemos nós caboverdeanos estudar e meditar profundamente a experiência do P.A.I.G.C. e não fazer citações mais ou menos despropositadas com a simples mania de fazer citações ou de utilizar belas ou boas frases. A revolução é a prática.

A nossa Juventude que tome como exemplo revolucionário, o camarada Amílcar Cabral. Não tiveram, concerteza, a sorte que tivemos de conviver com ele, de conhecê-lo pessoalmente e de perto, de discutir com ele, de apreciar a sua

capacidade como homem, mas de apreciar sobretudo o seu humanismo revolucionário, a sua confiança no povo, a sua confiança em nós mas sobretudo a sua grande capacidade de pedagogo revolucionário. Nós da Direcção do PAIGC somos discípulos e alunos da Amílcar Cabral. Estamos convencidos sobretudo que não traímos o Mestre. Fomos capazes de, passo a passo, com firmeza, com realismo, com estudo sério, com dedicação séria, de avançar com a nossa terra para a frente e construir um Cabo Verde Novo, próspero e sem injustiça social.

O nosso Governo vai trabalhar nesse sentido. Pedimos e esperamos a colaboração de todos os Caboverdeanos, mas de todos nós. Porque penso que os caboverdeanos honestos, os caboverdeanos sinceros podem dar uma contribuição válida para a nossa Reconstrução Nacional.

Para terminar, camaradas, vamos dar alguns vivas.

Viva Cabo Verde Independente e Livre!

Viva a República da Guiné Bissau!

Viva a Unidade Guiné - Cabo Verde!

Viva a solidariedade entre os povos da Africa!

Gloria eterna a Amílcar Cabral!

Viva o camarada Aristides Pereira!

Viva o P.A.I.G.C.!

Libs.